

O Brasil pós-real e o trilema de Florestan: afinal, para onde mesmo que estamos indo?*

Carlos Águedo Paiva**

Claudionir Borges da Silva***

Pesquisador Economista da Fundação de Economia e Estatística e Professor do Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul
Professor da rede municipal de ensino de Canoas, doutorando em Geografia pela UFRGS, Bolsista do IPEA

Resumo

A análise da atual situação econômica do Brasil tem propiciado manifestações otimistas sobre a política de desenvolvimento nacional. Na opinião de um número expressivo de economistas, o Brasil poucas vezes esteve tão bem, atraindo investimentos estrangeiros e colocando-se em um patamar de credibilidade internacional sem precedentes. Esse artigo tem por objetivo problematizar a confiança creditada ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro contemporâneo. Questionamos a pretensão de que a política econômica em curso seja capaz de conduzir o País ao seleto grupo de nações capitalistas desenvolvidas. Para refletir sobre o padrão de desenvolvimento brasileiro, retomamos o trilema proposto por Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil*, segundo o qual o País se via, em meados da década de 70, diante de uma encruzilhada capaz de conduzi-lo tanto ao subcapitalismo, quanto ao capitalismo avançado ou ao socialismo. Do nosso ponto de vista, passadas três décadas da propositura de Florestan, o trilema apontado pelo autor não se resolveu. Afinal, o País nem transitou para o capitalismo avançado ou para o socialismo, nem apresentou um padrão dinâmico que autorize a conclusão de que está consolidada a inserção dependente e subcapitalista. De outro lado, não podem restar dúvidas sobre a consistência das projeções de Florestan acerca da crise socioeconômica derivada do esgotamento do padrão excludente de crescimento associado ao “Milagre”. Do nosso ponto de vista, essa contradição se resolve se entendemos que a crise dos anos 80 culminou na rearticulação do projeto político e econômico burguês; uma rearticulação que teve seu ápice no Plano Real e que articula o controle da inflação com a valorização fictícia do capital nacional e internacional, com a sobrevalorização estrutural da moeda nacional e com a depressão relativa das taxas de crescimento e emprego internos. O resultado é que, tal como nos anos 70, é preservada a heteronomia nacional, que limita a universalização da cidadania e o desenvolvimento endógeno do País. A conclusão a que se chega é que, malgrado os avanços socioeconômicos reais, os impasses, desafios e possibilidades

* Revisor da Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.
Artigo recebido em 17 out. 2011.

** E-mail: cpaiva@fee.tche.br

*** E-mail: dulib@uol.com.br

políticas postos à frente ainda são, em essência, aqueles anunciados por Florestan há mais de 30 anos.

Palavras-chave: dependência; burguesia nacional; Plano Real; concorrência e conflitos intercapitalistas.

Abstract

*The analysis of the current economic situation in Brazil has provided optimistic demonstration about the national development policy. In the opinion of a significant number of economists, Brazil has rarely been better, attracting foreign investment and putting the country on a level of unprecedented international credibility. This article's aim is to problematize the trust given to the current Brazilian model of economic development. We question the claim that the ongoing economic policy is capable of leading the country to the select group of developed capitalist nations. To reflect on the pattern of Brazilian development we delve into the trilemma proposed by Florestan Fernandes in *The Bourgeois Revolution in Brazil*, according to which the country saw itself in the mid-70's at a crossroads capable of leading it both to subcapitalism and to advanced capitalism or socialism. Our point of view is that, three decades after Florestan's assertion, the trilemma pointed out by the author is still unresolved. After all, the country neither had a transition to advanced capitalism or socialism, nor did it present a dynamic pattern which would allows us to reach the conclusion that the dependent and "sub-capitalist" insertion has been consolidated. On the other hand, there can be no doubt as to the consistency of Florestan's projections on the socioeconomic crisis derived from the exhaustion of the excluding pattern of growth associated with the "Miracle". In our opinion, this contradiction is resolved if we understand that the crisis of the 80's culminated in the re-articulation of the political and economical bourgeois project, a re-articulation that culminated in the "Real Plan" and articulates the control of inflation with the fictitious valorization of national and international capital, with the structural overvaluation of national currency and relative depression of internal growth and employment rates. The result is that, as in the 70's, the national heteronomy is preserved, which limits the generalization of citizenship and the endogenous growth of the country. The conclusion we reach is that, in spite of the real socioeconomic advances made, the impasses, challenges and political possibilities that lie ahead are still essentially the same as those announced by Florestan over thirty years ago.*

Key words: dependency; national bourgeoisie; Real Plan; competition and inter-capitalist conflicts.

1 Introdução

O Brasil vive hoje uma situação política ímpar em sua história. Às vésperas do nono aniversário da gestão presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT) — o maior partido de esquerda do país¹ —, o clima político é da mais absoluta tranquilidade. Ousaríamos pretender que “nunca dantes na história deste país” o respaldo político-institucional de um governo foi tão amplo e tão sólido. A frente partidária de sustentação ao Governo — a chamada “base aliada” — controla quase 80% das cadeiras do Congresso Nacional; o Judiciário e o Ministério Público contam com a mais ampla liberdade de atuação e se consolidam como poderes independentes e soberanos; as Forças Armadas parecem haver se retirado definitivamente da cena política e demonstram real disposição de colaboração com o Governo; e, por fim, a despeito das recorrentes críticas à corrupção, o apoio da mídia e da intelectualidade à política econômica em curso é virtualmente universal.

Assim é que, de acordo com o senso comum amplamente difundido, o Brasil teria conquistado a estabilidade de preços a partir do rompimento com o populismo político e da adoção de regras fiscais, monetárias e cambiais “sérias, transparentes e consistentes”. As críticas, quando emergem, não se dirigem ao sentido global da política econômica, mas ao fato de que reformas modernizantes que já foram anunciadas há muito ainda não foram plenamente implantadas. Critica-se, pois, preferencialmente, o atraso na **formalização jurídica** da independência do Banco Central (uma vez que sua independência **de fato** é amplamente reconhecida e elogiada) ou a continuidade dos déficits na Previdência Pública e a (discreta, mas consistente) ampliação do funcionalismo público federal nos anos recentes, que gerariam incertezas acerca da sustentabilidade de longo prazo da política de superávits primários.

Se observarmos a política econômica em curso a partir de suas consequências objetivas, contudo, esse aplauso quase universal não pode deixar de surpreender. Afinal, se é verdade que, a partir do Plano Real, conquistamos taxas de inflação “de Primeiro Mundo” (de um único dígito), as reservas internacionais são expressivas e as agências

internacionais de avaliação de risco nos atribuíram o “grau de investimento”, também é verdade que, desde o Real, as taxas médias de crescimento do PIB ficaram muito inferiores à média histórica nacional prévia à crise dos anos 80. Além disso, parece haver se imposto uma inversão de sentido, no que diz respeito ao processo de industrialização que caracterizou o século XX. Da emergência da indústria de bens de consumo de massa em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no Governo Geisel, o Brasil diversificou e complexificou sua estrutura produtiva e constituiu uma indústria de crescente complexidade tecnológica. O contraste do período pós-Real com as oito primeiras décadas do século passado é inofismável e se traduz na recorrência do único (ainda que tímido e pouco difundido!) discurso efetivamente crítico ao programa econômico em curso: a crítica à “**desindustrialização nacional**”². Essa crítica — ainda que tímida, tópica e secundarizada na mídia — não nos parece gratuita, nem inconsequente. Mais do que pertinente, ela nos parece indissociável do núcleo da política econômica anti-inflacionária em curso. Senão vejamos.

A depender do indexador eleito (IGP-DI, INPC, IPCA, etc.) a taxa **básica** de juros **real** brasileira praticada ao longo dos últimos anos variou entre 7% e 4% ao ano. Qualquer resultado nos mantém no “pódio” das economias com as mais altas taxas de juro do mundo. E como, no Brasil, as taxas de mercado são muito mais elevadas que a taxa básica, poucas empresas conseguem financiar seu capital de giro pagando menos do que 40% ao ano. Vale dizer: pagando taxas que seriam consideradas **usurárias** em qualquer país desenvolvido ou em rápido desenvolvimento.

Entre 2005 e 2009, o saldo em transações correntes anual caiu de um superávit de US\$ 14 bilhões para um déficit de US\$ 47 bilhões. Esse resultado adveio da explosão do déficit na Balança de Serviços e Rendas (de US\$ -35 bilhões para US\$ -70 bilhões), em movimento alinhado com o superávit comercial (que envolveu de US\$ 45 bilhões para US\$ 20 bilhões). Os crescentes déficits em Transações Correntes são financiados com a entrada de capital de curto prazo, estimulada pela continuada elevação do diferencial entre os juros internos e os juros internacionais. Assim é que a Conta Capital e Financeira do Balanço de Pagamentos, no mesmo período, evoluiu de um déficit de US\$ -9 bilhões para

¹ Classificamos o PT como um partido de esquerda em função de sua base social e do seu programa histórico. Não obstante — como procuraremos demonstrar adiante — esse partido não produziu um projeto de gestão macroeconômica para o País alternativo ao projeto em curso a partir de 1994. E o projeto do Real é, essencialmente, um projeto conservador.

² A esse respeito, ver Feijó e Oreiro (2010) e IEDI (2005).

um superávit de quase US\$ 100 bilhões. E o desdobramento necessário dessa política é a oferta excedente de divisas estrangeiras, que redundará na valorização do real e na crescente perda de competitividade cambial da produção doméstica.

Com o engurgitamento das reservas e a crescente valorização do real, o Banco Central conquista, simultaneamente, o controle de preços e o “grau de investimento”. Hoje, o Brasil conta com reservas suficientes para tranquilizar o especulador externo e já se consolidou como um dos principais fornecedores de *commodities* para a locomotiva China. Não recai suspeita sobre a solvabilidade do País, pois. E nenhum outro País do mundo está oferecendo ganhos reais tão auspiciosos no mercado financeiro. De forma que o *hot money* deve continuar ingressando, travestido de “investimentos diretos”, através de empréstimos intercompanhias ou de outros tantos subterfúgios.

Não obstante, essa política carrega um custo enorme. Na verdade, ela apenas freia o crescimento e adia um ajustamento que terá de ser feito mais cedo ou mais tarde. Afinal, **o saldo comercial vem diminuindo justamente porque o câmbio vem deprimindo nossa competitividade em manufaturados e semimanufaturados**. A pressão é tal que mesmo empresas brasileiras que atuam em mercados onde nossa competitividade é estrutural (como a agroindústria de carnes, por exemplo) começam a deslocar parte de suas operações produtivas para o exterior. Simultaneamente, a política de financiar nossos déficits em Transações Correntes com atração de capital externo pela elevação dos juros internos tem se refletido nos crescentes déficits na Conta Rendas. Só a alínea “renda de investimentos” apresentou déficit superior a 40 bilhões de dólares em 2010³.

A pergunta que não quer calar é: a quem interessa e por que recebe tamanho aplauso uma política macroeconômica que só alcança a estabilidade de preços a custas de uma crescente exposição competitiva da indústria interna? Ousamos pretender que a resposta a essa questão “conjuntural” não possa ser obtida senão a partir de uma análise de longo prazo. Na verdade, de uma análise que toma como ponto de partida a obra do maior intérprete do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Um intérprete que sequer era economista. Pensamos aqui em Florestan Fernandes e em seu trabalho de 1975: *A revolução burguesa no Brasil*. É lá que, do nosso ponto

de vista, podemos encontrar o fio da meada dessa verdadeira charada: um governo de esquerda bastante popular que é incensado pela intelectualidade conservadora, por adotar uma política econômica que vem conduzindo à crescente perda de competitividade cambial da indústria nacional.

2 Florestan Fernandes e a perspectiva de desenvolvimento econômico brasileiro

Passados mais de 30 anos desde a primeira edição de *A revolução burguesa no Brasil*, a encruzilhada sinalizada por Florestan já no primeiro parágrafo da Introdução desse trabalho parece não haver perdido a atualidade. Segundo ele:

[...] existem três alternativas claras para o desenvolvimento econômico ulterior da sociedade brasileira, as quais podem ser identificadas através de três destinos históricos diferentes, contidos ou sugeridos pelas palavras “subcapitalismo”, “capitalismo avançado” e “socialismo” (Fernandes, 1981, p. 13).⁴

Qual o sentido da pretensão de que as três alternativas que exauriam as possibilidades de futuro de qualquer sociedade nacional na entrada do último quartel do século XX seriam as três alternativas abertas para o Brasil? Que conteúdo e contribuição teórica se escondem por trás dessa aparente tautologia?

A resposta é simples. De acordo com Florestan, não estaria posta a alternativa do capitalismo desenvolvido para inúmeras sociedades nacionais, onde a transição para a ordem mercantil capitalista se deu a partir de impulsões estritamente exógenas, consolidando um padrão de heteronomia incompatível com a articulação e consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento. Diferentemente — e esse é o ponto crucial na análise de Florestan —, essa

³ A esse respeito, ver Serrano e Medeiros (2010).

⁴ Diversos leitores deste trabalho criticaram a pretensa atualidade do projeto socialista. Entendemos as críticas, mas discordamos da mesma. A crise efetiva foi do chamado “socialismo real” e ainda é do projeto leninista de transição. Tal como procuramos defender em Paiva (2007), a universalização da sociabilidade burguesa é a universalização dos seus limites, que se desdobra em crises crescentes e na necessária reconstrução do projeto de superação da tão perversa quanto descontrolada dinâmica capitalista.

alternativa estaria posta para o Brasil já em meados da década de 70.

Ora, do nosso ponto de vista, essa alternativa continua posta no horizonte nacional, no ingresso do século XXI. E isso na medida em que, se não alcançamos tomar os caminhos do capitalismo avançado ou do socialismo, tampouco nos embretamos ou nos perdemos na trilha do subcapitalismo. Na verdade, defendemos o ponto de vista de que, nos últimos 30 anos, a reacomodação das forças sociais e políticas internas determinou um deslocamento para a frente da encruzilhada apontada por Florestan. Expliquemo-nos.

No universo dos autores que discutem a Teoria da Dependência na América Latina, Florestan Fernandes destaca-se, por considerar que o desenvolvimento das formações sociais latino-americanas deve ser explicado mediante a interação entre as realidades locais e suas respectivas interações com o capital externo. Florestan é um dos autores que criticam as interpretações dependentistas vulgares, que ignoram as contradições internas que impõem inflexões às determinações oriundas do imperialismo. Pelo contrário, para ele, determinações internas e externas exercem influência recíprocas umas sobre as outras. Nas palavras de Florestan:

Existem dois pólos na dominação: o externo e o interno. Quando se fala em imperialismo, se explica o que ocorre *de fora para dentro*. Agora, resta saber o que ocorre *de dentro para fora*. Se se cultiva uma imagem dialética da dominação imperialista, é preciso compreender que as Condições de dominação não são dadas a partir de fora, são dadas também a partir de dentro [...].

De uma maneira geral, o capitalismo dependente condiciona o próprio imperialismo. Ele condiciona o imperialismo porque ele também comercializa o subdesenvolvimento. [...] É por isso que é errada a crítica que muitos marxistas fazem ao estudo da dependência na sociologia, na antropologia, na economia.

Se nós quisermos ir além das descrições sumárias temos de ver como é que os mecanismos do imperialismo se realizam dentro dos países submetidos à dominação imperialista. E aí é preciso analisar a dependência em termos da maneira pela qual os vários setores da sociedade capitalista dependente se ajustam, tanto passiva quanto ativamente à dominação imperialista. (Fernandes, 1978, p. 111-112)

Segundo o autor, os processos concretos de desenvolvimento dos países latino-americanos só podem ser entendidos a partir da estrutura histórica de

cada economia em sua articulação com o capitalismo internacional. No que diz respeito ao Brasil, em particular, Florestan lembra que

[...] os móveis capitalistas do comportamento econômico foram introduzidos no Brasil juntamente com a colonização. Às plantações era inerente um propósito comercial básico, que orientou as adaptações econômicas imprimidas à grande lavoura pelas formas de apropriação colonial (da seleção dos produtos exportáveis, que deviam alcançar os mais altos valores possíveis por unidade, aos mecanismos de apropriação de terras, de trabalho escravo ou mesmo livre, que asseguravam os custos mais baixos possíveis de produção e provocavam, ao mesmo tempo, extrema concentração de renda). Todavia, graças à posição marginal que ocupava no circuito externo de mercantilização dos produtos exportados (mesmo a Metrópole não participava das principais fases desse circuito, que se desenrolavam fora de Portugal), as funções econômicas do senhor de engenho quase equivaliam, no âmbito do referido circuito, às dos administradores e beneficiários das feitorias. Assim, as influências dinâmicas que o capitalismo comercial poderia exercer, em outras condições, sobre a organização e o desenvolvimento da economia interna, eram pura e simplesmente neutralizados. Na verdade, os referidos móveis capitalistas foram rápida e irremediavelmente deformados [...] (Fernandes, 1981, p. 22).

A questão que fica por entender, então, é como esses móveis capitalistas puderam reafiorar a partir da crise do antigo sistema colonial. Uma questão tão mais candente, na medida em que — como bem o salienta Faoro (1975) — o fim da ordem colonial não implicará o fim da ordem patrimonial ou do fim do escravismo e seus desdobramentos deletérios à plena endogeneização da ordem mercantil-competitiva.

De qualquer forma, a citação esclarece dois pontos cruciais da teoria da dependência latino-americana em Florestan: 1) que as origens da dependência devem ser buscadas no nosso passado colonial; 2) que o desenvolvimento endógeno **não** é incompatível com o imperialismo⁵. Na realidade, para Florestan, a demanda externa estimula a produção interna e a criação de um mercado nacional; e o padrão de controle sobre essa produção vai depender da capacidade dos agentes nacionais de convergirem para formas mercantis de produção e se articularem a cadeias globais de forma competitiva. A particularidade da inserção dependente latino-americana não se

⁵ No sentido de Lênin (1982), vale dizer: enquanto movimento de internacionalização do capital e da ordem capitalista.

encontraria, assim, na perda de controle dos agentes internos sobre o Estado nacional, mas na forma como esse mesmo Estado articularia a “competitividade” dos agentes internos. Nas palavras de Florestan:

É preciso [...] [saber identificar] o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes) [...]. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas (Fernandes, 1975, p. 45).

A apropriação da riqueza gerada tanto deve servir para os setores hegemônicos externos, como para os internos, daí a necessidade de institucionalização e fortalecimento do Estado nacional que estabeleça um peculiar padrão de ajustamento entre os estratos dominantes em conflito — a conciliação —, que, por sua vez, redundará em um processo de revolução burguesa especificamente antidemocrático e antipopular e formalmente contrarrevolucionário.

Na realidade, é a apropriação privatista do Estado nacional pelo extrato social dominante **internamente** e a transformação desse Estado em um agente regulador da divisão do excedente entre as frações nacional e internacional da burguesia que definem e emprestam particularidade às formações sociais latino-americanas. Não será gratuito, portanto, que, de Oliveira Vianna a Raymundo Faoro, inúmeros intérpretes do desenvolvimento capitalista no Brasil tenham salientado a estabilidade e/ou continuidade dos padrões patrimonialistas de administração da “coisa pública”. De acordo com Florestan, essa

continuidade é real e impositiva. É exatamente isso que ele nos diz na Introdução de seu **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina** (1975), referindo-se ao padrão de mudança social típico desse continente:

Se se apanham as classes sociais tendo em vista a hegemonia dos estratos dominantes, as aparências são de uma “sociedade sem história” (pois todas as mudanças convergem para um mesmo fim, a perpetuação do poder nas mãos de pequenos grupos, de acordo com a conhecida regra segundo a qual “*plus c’est la change, plus c’est la même chose*”) [...] (Fernandes, 1975, p. 36).

Mas a continuidade é apenas uma face da moeda. Ela não é toda a história. O essencial a entender é que, **se o Estado preserva funções patrimonialistas ao longo da transição da sociedade brasileira para o capitalismo, as funções do patrimonialismo variam ao longo da história**. Ao contrário do que parece haver pretendido Faoro — que hipostasia um “estamento burocrático” sobranceiro ao desenvolvimento das relações sociais de produção e das forças produtivas —, para Florestan, o patrimonialismo de Avis não se confunde com o patrimonialismo do Império Nacional; assim como este último se distingue do patrimonialismo das diversas “Repúblicas”. De sorte que,

[...] se se tomam as classes sociais tendo em vista a natureza, a duração e as debilidades da revolução burguesa e os ritmos históricos das “transições inesperadas” (das revoluções dentro da ordem, que só se podem concretizar convertendo-se em revoluções contra a ordem), o que se patenteia é o reverso da medalha, e as sociedades latino-americanas aparecem como sociedades em convulsão, que estão em busca do seu próprio patamar e tempo históricos (Fernandes, 1981, p. 272).

No Brasil — como em diversos outros países da América Latina — o convulsionamento associado à transição para a ordem burguesa dependente acabaria por impor a solução autocrática representada pelo Golpe de 1964. Afinal, os processos articulados de industrialização, urbanização e universalização das relações mercantis não poderiam deixar de conduzir à construção e disseminação de organizações civis (em geral) e operárias (em particular) em luta pela universalização de direitos e pela democratização do Estado e da sociedade. Mas — de acordo com Florestan — as distintas frações da burguesia nacional não poderiam abrir mão da apropriação privatista do Estado. Afinal, a preservação e mobilização da

estrutura patrimonialista do Estado pré-burguês seria condição *sine qua non* de defesa do “poder competitivo” (leia-se: da capacidade de apropriação e acumulação de parcela expressiva do excedente social) das frações nacionais da burguesia confrontadas, de forma crescente, pelas forças centrípetas dos grandes blocos internacionalizados de capital.

Em meados da década de 70, as contradições que punham o trilema — socialismo X capitalismo avançado X barbárie subcapitalista — eram evidentes e pulsantes. A acumulação acelerada sustentava o nível de lucros e gestava o excedente financeiro que revolia a ordem produtiva, abrindo novos e mais amplos mercados. Nesse processo, um número cada vez maior de trabalhadores era incorporado ao exército dos assalariados, enquanto os demais produtores diretos do campo e da cidade eram engolfados no dinamismo das redes mercantis. Novos padrões de consciência, novas reivindicações e novas formas de organização dos trabalhadores brotavam em todos os cantos.

Para Florestan, essa efervescência expressava, simultaneamente, o sucesso e os limites da revolução burguesa brasileira. Feita pelo alto, sem o povo e contra o povo, sua conclusão e ápice em 1964 vai se traduzir na monopolização do Estado pelas burguesias nacional (em primeira instância) e internacional (em segunda instância e mediada pela articulação imperialista). Como desdobramento necessário desse padrão antidemocrático de revolução burguesa, impor-se-á uma crescente asfixia interna das forças propulsivas capitalistas representadas pelos binômios concorrência e/ou inovação e acumulação e/ou expansão dos mercados. E isso na medida em que, para Florestan, os controles institucionais formalmente patrimonialistas (mas de conteúdo especificamente burguês) impostos à concorrência e à redistribuição da renda no Brasil pós-64 solapavam gradualmente as impulsões à inovação (e, como tal, ao investimento extraordinário) e à expansão do mercado interno (e, como tal, à aceleração do investimento ordinário).

Ora, o problema de fundo da estagnação anunciada no horizonte era que só a continuidade do crescimento permitia administrar o tenso conflito distributivo entre as frações interna e externa do capital. Com a depressão do crescimento (e, por consequência, dos lucros) só restaria a alternativa de ampliar a já extraordinariamente elevada taxa de exploração interna. O que parecia insustentável ao grande pensador, dada as novas formas de organização operária que se anunciavam como

desdobramento das revoluções econômicas e sociais abertas pela acelerada acumulação entre 1950 e 1975. Em suma: o trilema não estava apenas posto no horizonte: o horizonte estava a poucos passos.

Passadas mais de três décadas, cabe perguntar: que inflexões se impuseram ao desenvolvimento da ordem burguesa no Brasil que não haviam sido projetadas por Florestan e que permitiram deslocar o trilema até os dias de hoje?

3 Da crise da ditadura ao Plano Real

A grandiosidade da contribuição teórica de Florestan não pode ser posta em dúvida, e não é nossa intenção fazê-lo aqui. Desde logo, não há como deixar de saudar sua antecipação, na primeira metade dos anos 70, em pleno “Milagre”, seja da profundidade da crise econômica à frente, seja da radicalização do movimento social e emergência do “sindicalismo autêntico” e de novos partidos operários. De fato, a crise do “Milagre” não apenas se impôs como veio alavancar o coro dos descontentes, inflando o espaço reservado à oposição consentida e impondo uma radical rearticulação da ordem e da disputa políticas. A ditadura respondeu ao desafio com a “abertura lenta, gradual e restrita”, cuja expressão maior foi a implosão da unidade oposicionista a partir da reforma político-partidária do final dos anos 70. Mas a estratégia se mostrou menos funcional do que pretendiam seus artífices.

A criação do PT e a anistia política potencializaram (ao invés de dividir e esvaziar) os novos movimentos reivindicatórios, representados pela emergência do sindicalismo combativo, de um forte movimento de trabalhadores sem-terras e de uma miríade de associações populares catapultadas pela igreja militante e revolucionária. Ao mesmo tempo, instituições tradicionais da sociedade civil — como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), União Nacional de Estudantes (UNE), etc. — ganhavam nova expressão política e reafirmavam a unidade na luta daquele amplo leque de estratos sociais descontentes que já não contavam mais com o guarda-chuva comum do extinto Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

De forma sutil, mas persistente, vai se impor então uma inflexão na estratégia de reação conservadora. Entre o último governo da ditadura e o

primeiro governo da Nova República, todo um conjunto de reivindicações de massa que alcançaram conquistar o consenso popular foi incorporado à gestão pública. Mas essa incorporação era meramente formal. No plano do conteúdo objetivo, elas se viam diluídas nas curvas e escaninhos de uma administração pública amplamente treinada no descumprimento de leis e acordos, desde, pelo menos, as primeiras legislações contra o tráfico, em 1826 e 1831. Se essas foram “legislações para inglês ver”, as reformas legais não eram mais do que “inovações de papel, para o povo ver”. **A conquista do gatilho salarial transforma-se, assim, em aceleração da inflação; a conquista do congelamento com o cruzado transforma-se no estelionato eleitoral da Constituinte Congressual de 1986; o movimento contra a carestia resolve-se no aparelhamento das associações de moradores, responsabilizadas pela distribuição de leite gratuito para as famílias de baixa renda.** E assim por diante. Dentre todos os desdobramentos da “nova política econômica” aberta com a crise da ditadura, nenhum teve consequências mais graves do que a reaceleração da inflação a partir do início dos anos 80.

Em sua essência, a inflação não era mais do que o signo externo da explosão do conflito distributivo antecipado por Florestan. De fato, a conversão do conflito em inflação significava a preservação das funções redistributivo-patrimonialistas do Estado ditatorial em um ambiente formalmente democrático. E isso na medida em que os instrumentos de correção monetária não incidiam sobre o conjunto dos agentes de forma igualitária. Na realidade, a inflação beneficiava apenas os mais indexados, ao mesmo tempo em que aparecia como um desdobramento do gatilho salarial e, como tal, dos novos tempos, do poder dos sindicatos, da “baderna pós-ditatorial”.

Simultaneamente — e em total acordo com os prognósticos de Florestan —, as circunscrições (primariamente, internas e, secundariamente, externas) ao crescimento vão se impondo de forma crescente ao longo dos anos 80. Como consequência, para além da depressão da taxa de acumulação, vai cair o nível de emprego, com a posterior depressão da capacidade de organização e reivindicação populares.

Mas não será apenas a emergência da crise interna de acumulação, manifesta na estagflação da “primeira década perdida”, que vai deprimir a potência do movimento social reivindicatório ao longo dos anos 80. Essa depressão vai ser alavancada pela crise da União Soviética e do Estado de Bem-Estar Social. Do **Reaganomics** (que abre a crise da dívida na América

Latina), à queda do Muro de Berlim (com a supressão objetiva daquela alternativa ao capitalismo que impôs a disseminação do Estado de Bem-Estar Social no pós-Segunda Guerra), o que se generaliza é a crítica e a desarticulação dos mais distintos projetos de controle e planejamento da acumulação produtiva e da distribuição do produto social. A própria *intelligentsia* de esquerda vai se deixar engolfar, de forma crescente, pela maré neoliberal, desenvolvendo — sob o signo do pós-marxismo e do pós-modernismo — as críticas mais acerbas e radicais ao autoritarismo que estaria subjacente a todo e qualquer projeto de regulação e ordenamento social.

Não obstante, do nosso ponto de vista, **não foi a dinâmica internacional que selou nosso destino. Assim como o refluxo neoliberal não impediu o desenvolvimento dos NICs asiáticos (inclusive dos “socialistas”), ele não teria sido capaz de cercear o nosso próprio desenvolvimento econômico e social se tal cerceamento não fosse articulado desde dentro.** Na verdade, foi a estagflação dos anos 80 — que resolveu de forma conservadora e regressiva o conflito distributivo aberto pela crise da ditadura — que pôs as bases da rearticulação política e social que culminou na vitória do projeto hegemônico na entrada do século XXI. **Um projeto aberto no Governo Collor-Itamar, consolidado no Governo FHC, e sacramentado nos Governos Lula e Dilma.** Um projeto que não faz mais do que deslocar o horizonte, sem desmanchar o trilema de Florestan. Senão, vejamos.

4 O Estado Patrimonialista-Burguês Nacional nos Governos FHC, Lula e Dilma (ou: até que ponto Florestan é atual?)

A prolongada estagflação dos anos 80 e da primeira metade dos anos 90 não vai implicar apenas o gradual (mas consistente) solapamento do poder reivindicatório da classe trabalhadora. Ela também vai ser funcional para o resgate das classes médias — profissionais liberais, funcionalismo público, intelectualidade acadêmica e religiosa, micro e pequenos empresários, etc. — para o campo conservador, vale dizer, para o campo dos interessados primariamente na **ordem** e apenas

secundariamente no **progresso**. Além disso, a depressão das taxas de crescimento internas e a explosão da valorização fictícia vão deprimir os interesses e as práticas expansionistas do capital multinacional sobre o mercado e a indústria nacionais. Esses três movimentos redundarão num mesmo resultado: a descompressão do conflito distributivo intraburguês e interclasses em prol de **uma solução que beneficia uma determinada fração da burguesia brasileira**. É nesse quadro que se vai mostrar viável o resgate (sempre matizado pelas cores nacionais da negociação e do conchavo) do projeto liberal burguês nacional (de inflexão paulista e udenista) de ordenamento político e social interno simbolizado no Plano Real.

Antes de ingressarmos nesse ponto, contudo, é importante destacar que essa leitura reforça a hipótese já referida (e essencialmente “florestanista”) da prioridade das articulações internas sobre as externas na determinação dos ritmos e sentidos da revolução burguesa brasileira. Não que se subestime o papel da conjuntura externa na consolidação do projeto interno: a estagflação dos anos 80 só foi suficiente para a rearticulação das forças políticas internas na medida em que a dinâmica internacional — do *Reaganomics* à crise do socialismo real — corroborava aquela rearticulação. Mas a principal contribuição da dinâmica política e econômica **externa** foi negativa e “desarticuladora”: as crises do socialismo real e do Estado de Bem-Estar Social, sem dúvida, contribuíram para o arrefecimento do movimento de massas, com o virtual fechamento da “via socialista” da encruzilhada antevista por Florestan em 1975.

A questão efetivamente complexa, contudo, é outra. A questão que importa é: como foi possível constituir um novo projeto? E que projeto é esse? E — acima de tudo — como ele alcança ser “consensuado”? Como ele pode se impor e se realizar sobranceiro às mudanças dos partidos no poder e incensado pela direita e pela esquerda como a “única alternativa viável”?

Quer nos parecer que o segredo desse “consensuamento” se encontre na explosão inflacionária dos anos 80. Mais do que um instrumento de preservação das funções distributivo-concentradoras do Estado sob a Nova República, a inflação impôs uma inflexão radical na “pauta” política. Até os anos 80, a questão posta no debate político e econômico era “que desenvolvimento queremos?”. A partir da explosão inflacionária, impõe-se uma única pauta: como controlar o “dragão inflacionário”? **O controle da inflação passa a ser o objetivo**

primeiro, segundo, terceiro e último de todos os segmentos socialmente incluídos, mas que não contavam com mecanismos automáticos e permanentes de indexação de rendas e patrimônio, e, por conseguinte, percebiam (corretamente) a inflação como um mecanismo de esbulho e solapamento da contratualidade. O controle da inflação — vale dizer: o combate ao sistemático solapamento da norma de equivalência, o combate à “descontratualização” das trocas — passa a ser, assim, a condição necessária e suficiente para a conquista do apoio político dos estratos médios, independentemente dos desdobramentos desse controle e/ou combate sobre o padrão (inclusivo ou excludente; nacionalista ou dependente-associado; industrializante ou patrocinador de uma especialização regressiva) de desenvolvimento econômico nacional.

O Plano Real não é, nada mais, nada menos, do que o projeto de gestão macroeconômica que torna desnecessária a inflação — contemplando, portanto, os interesses de todos os segmentos socialmente incluídos (porquanto receptores de rendas monetárias passíveis de depleção inflacionária) que não contavam com indexação integral — **para a realização das funções distributivo-concentradoras imanentes ao “Estado Burguês Dependente Nacional” num ambiente formalmente democrático.**

Como se sabe, o principal instrumento de controle inflacionário do Plano Real é a chamada âncora monetário-cambial. Seu fundamento teórico e prático é a “consistência imperfeita” do modelo Mundell-Fleming. De acordo com esse modelo, diferenciais de taxa de juros seriam insustentáveis entre países integrados comercial e financeiramente, pois o capital fluiria para o país com taxas de juros mais elevadas, ampliando a liquidez no interior deste último e deprimindo a liquidez no primeiro. Como resultado, a taxa de juros real tende a cair no país para o qual afluí capital. Esse movimento só não ocorreria, caso os diferenciais de juros fossem percebidos pelos agentes como meras compensações por diferenciais de risco. Para além disso, os Bancos Centrais poderiam retardar a eficácia do movimento equilibrador, através da esterilização do afluxo de capital via expansão de reservas financiadas com a emissão de títulos da dívida. Não obstante, argumenta-se que um tal movimento esterilizador geraria desequilíbrios fiscais (via ampliação do dispêndios com juros) e comerciais (derivados da valorização da moeda do país que mantém juros acima do padrão mundial) insustentáveis a médio e longo prazos.

Ora, para além dos elementos associados à implantação do Plano — em especial, o choque

expectacional associado à criação da Unidade Real de valor (URV), seu virtual emparelhamento com o dólar e a subsequente mudança de denominação da moeda nacional, lançada no mercado a uma taxa de câmbio de forte valor simbólico (R\$ 1,00 = US\$ 1,00) — o eixo do Plano Real é justamente explorar diferenciais de juros, com vistas a atrair capitais externos e impor a valorização da moeda nacional. No plano estrito do combate à inflação, a continuada valorização do real impõe uma forte concorrência externa sobre o conjunto dos *tradeables*. Objetivamente, todos os importados (e/ou importáveis) e todos os exportados (e/ou exportáveis), cujos preços são definidos no mercado internacional em dólar, ficam mais baratos a cada movimento de valorização do real. Com os preços dos *tradeables* sob controle, eliminar-se-iam as pressões de custos sobre os serviços, e o movimento competitivo (via ingresso em setores de maior rentabilidade e abandono dos setores de menor rentabilidade relativa) impor o fim da inflação também nos segmentos produtivos que não se encontram submetidos à concorrência externa.

Não resta a menor dúvida que o sistema de controle de preços associado ao Plano Real é bastante eficiente. Tão eficiente que garantiu duas eleições a Fernando Henrique Cardoso. E tão eficiente que impôs uma radical rotação no discurso do PT entre 1994 e 2002. Ao longo desse período, as críticas cáusticas ao Plano foram sendo paulatinamente abrandadas, até a plena adesão ao projeto. Mas o que nos interessa entender aqui não é, primariamente, os determinantes de sua eficácia enquanto instrumento de controle e combate à inflação⁶, mas, isto sim, sua funcionalidade enquanto instrumento de administração da concorrência intercapitalista e enquanto instrumento de redistribuição da renda em prol da grande burguesia nacional.

O que importa é que, para além do controle da inflação (que consolida o apoio da classe média e dos segmentos empregados da classe trabalhadora ao *status quo*), os juros reais positivos e elevados funcionam, simultaneamente, como instrumento:

- a) de acelerada valorização fictícia do capital nacional e internacional (valorização que se torna real pelo controle inflacionário e pela geração do superávit primário, que garante a estabilidade da dívida);
- b) de sobrevalorização crônica da moeda nacional, que empresta mobilidade internacional ao capital nacional financeirizado, ao mesmo

tempo em que cerceia os movimentos de aquisição não consentida das grandes empresas nacionais pelo capital forâneo; e

- c) de depressão das taxas de crescimento internas, o que deprime o emprego e o poder de barganha da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que freia o ingresso e o crescimento da participação do capital multinacional no excedente interno. Como que por passe de mágica, consegue-se, assim, “ordem e progresso”. O fato de que o progresso seja medido pelo crescimento da poupança financeira de uma minoria privilegiada é algo que não aflige aos poderosos de plantão e não chega a tirar o sono da parcela “incluída” dos estratos médios e operários.

Evidentemente, esse arranjo tem limites e ônus. Em primeiro lugar, a crescente exposição competitiva associada à “estruturalização” de uma moeda nacional sobrevalorizada vai se resolver na redução da taxa de crescimento da produção industrial e, no limite, no fechamento de um grande número de empresas. Só que **esse movimento está longe de ser universal. Na realidade, o ônus recai, essencialmente, sobre o pequeno capital, incapaz de se internacionalizar e sobre segmentos produtivos relativamente tradicionais, com pequenas barreiras à entrada e intensivos em mão de obra e em matérias-primas.** Esses setores — como, por exemplo, o setor calçadista no Rio Grande do Sul — operam com *mark-up* relativamente baixo, de sorte que, dado o preço internacional em dólar, a depressão do preço em reais associada à valorização da moeda interna conduz, rapidamente, ao esgotamento da margem de lucro, tornando inviável a continuidade das atividades. Diferentemente, aqueles setores em que as barreiras à entrada são elevadas — seja por determinações tecnológicas, seja em função do volume de capital necessário ao ingresso — podem suportar a pressão competitiva por um tempo maior. Mais exatamente, suportam-na pelo tempo suficiente para amortizar parte do capital imobilizado, que passa a ser convertido para a (agora fraca e barata) moeda internacional (o dólar), instrumentalizando movimentos de extroversão produtiva em direção ao exterior; em especial, em direção aos países que adotam estratégias distintas de controle da inflação, mantendo suas moedas desvalorizadas com relação ao dólar. Esse foi o movimento perseguido, no caso da indústria gaúcha, por parcela expressiva das firmas ligadas aos

⁶ A esse respeito, ver Paiva (2004).

segmentos metal-mecânico e de material de transporte.⁷

Além disso, a exposição competitiva está longe de ser universal. Tal como procuramos demonstrar em nosso trabalho de mestrado dedicado à interpretação econômica das teses histórico-sociológicas de Florestan Fernandes, o projeto de regulação da concorrência entre as frações nacional e internacional do capital acionado pela Ditadura Militar a partir do Plano de Ação Econômica do Governo já havia definido a priorização dos segmentos *não-tradeables* — em especial, a construção civil e os serviços (com ênfase no sistema financeiro e serviços prestados ao Estado) — como os setores a serem priorizados pelo capital nacional. Setores esses que continuam a ser objeto de políticas de apoio e de garantia de demanda por parte do Estado, do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) ao Programa Universidade para Todos (ProUni), passando — evidentemente — pela maior dentre todas as políticas de apoio setorial: a política de independência do Banco Central, que passa a ser controlado e operado de acordo com os cânones das “boas finanças”.

Como se isso não bastasse, a crônica sobrevalorização do real se desdobra em um mecanismo, tão sutil, quanto eficaz, de defesa do grande capital nacional frente ao capital estrangeiro multinacionalizado. E isso na medida em que a sobrevalorização da moeda nacional se desdobra numa (com o perdão do neologismo) hiper-sobrevalorização dos ativos das empresas brasileiras. Essa hiper-sobrevalorização tem duas dimensões. A dimensão direta e mais facilmente perceptível se deriva do fato trivial de os ativos serem precificados em reais, de sorte que sua conversão em dólares (relativamente desvalorizados) implica preços muito superiores ao padrão internacional.

Mas, para além da dimensão direta, há outra: dadas as políticas monetária e cambial em curso, as taxas de crescimento **atuais e prospectivas** do mercado (seja interno, seja externo) para essas empresas são relativamente pequenas; de sorte que a rentabilidade esperada de aplicações no mercado de títulos tende a superar significativamente a rentabilidade esperada da aquisição de empresas consolidadas. **Esse mecanismo de depressão do interesse externo sobre ativos internos foi fundamental para garantir que o processo de privatização aberto no Governo Fernando Henrique Cardoso não redundasse na desnacionalização do**

conjunto dos setores industriais estratégicos, até então sob controle público. Pelo contrário: com a mediação de influentes figuras públicas e a contribuição dos Fundos de Previdência das empresas estatais (como a Previ e o Petros), a privatização levada a cabo no Governo FHC deu origem, simultaneamente, a novos grupos empresariais nacionais e a um número não desprezível de novos milionários brasileiros. Superado o período de privatização acelerado, ainda se observam movimentos de (re)nacionalização de empresas que, ou emergiram como empresas estrangeiras, ou foram adquiridas por multinacionais há anos⁸.

É claro que esse padrão de defesa do grande capital nacional apresenta um amplo conjunto de limitações e senões. A começar pela depressão das taxas de crescimento da renda e do emprego e a sustentação de índices rigorosamente subcapitalistas de informalidade no mercado de trabalho e de marginalidade social em geral. Mas, por maior que seja esse preço, ele é pago pela base da pirâmide social e pelo segmento empresarial que atua em setores de livre ingresso, de calçados e vestuário à agroindústria não internacionalizada, mas voltada ao mercado interno (orizicultura, vitivinicultura, laticínios, etc.). Em suma: quem paga o preço do ajuste são o terceiro e o quarto escalões da burguesia e o lumpesinato. Esses nunca tiveram voz ou vez. E continuam não tendo.

5 Considerações finais: são dois prá lá, dois prá cá

A avaliação da política econômica pós-Real que fizemos acima foi essencialmente crítica. Isso não significa, contudo, desconhecer os avanços políticos e sociais dos anos recentes. Avanços que, ao contrário do que se poderia pretender em uma leitura partidarizada, não se restringem às políticas sociais dos Governos Lula e Dilma, mas têm início nos anos 80, são consolidadas juridicamente na Constituição de 1988, avançam ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e atingem um máximo nos anos recentes.

Desde logo, a Constituição de 88 é um marco no que diz respeito à universalização de direitos sociais. É bem verdade que parcela não desprezível dos avanços consagrados em nossa Carta Magna ainda não

⁷ A esse respeito, ver Macadar (2009).

⁸ Dois exemplos interessantes desses casos são a aquisição da Swift Internacional pelo frigorífico JBS-Freeboi e, no Rio Grande do Sul, a aquisição da Almadén por vinícolas gaúchas.

ganharam efetividade. Inúmeros artigos previam regulamentações posteriores que — não gratuitamente — vêm sendo procrastinadas *sine die*. Outros tantos — seguindo a velha tradição luso-brasileira de “legislar para inglês ver” —, sequer foram redigidos com vistas a saírem da letra para o mundo. Não obstante, a consolidação da autonomia do Judiciário e do Ministério Público associada ao processo de organização dos diversos estratos da sociedade civil em instituições que preservam sua independência *vis-à-vis* a governos e partidos vem impondo uma aproximação crescente entre o “legal” e o “real”.

Para além disso, é preciso entender que o acordo político que viabilizou o Plano Real, permitindo a superação da estagflação enquanto instrumento de preservação das funções “redistributivo-concentradoras” do Estado Nacional, não pode ser reduzido a um movimento conservador. Se frisamos essa dimensão do Plano Real é tão somente porque essa é a sua dimensão menos percebida e compreendida. Desde o momento em que o Partido dos Trabalhadores se comprometeu com a manutenção da política macroeconômica articulada na última fase do Governo Collor-Itamar, consolidou-se uma espécie de consenso acrítico em torno dessa política, que, do nosso ponto de vista, urge enfrentar. Não obstante, não podemos desconsiderar o fato de que essa política comporta uma dimensão de pacto social que envolveu a inclusão de segmentos sociais e políticos que, até então, jamais tinham participado da articulação de projetos de gestão pública. Assim é que, para além de todos os seus componentes conservadores, ao retirar do Estado o poder de impor aos “de baixo” o pesado imposto inflacionário, o Plano Real **também comporta uma dimensão de avanço no que diz respeito ao controle do Estado pela sociedade civil**. Desde então, o Estado brasileiro não poderá mais driblar o controle parlamentar sobre a fiscalidade; ele não poderá mais impor impostos inflacionários sobre os “menos indexados”. Há, aqui, um avanço no sentido da consolidação do ordenamento liberal do poder público. E, como tão bem nos ensinou Faoro, a despeito do que pretendem varguistas empedernidos, cepalinos inflacionistas e nacional-desenvolvimentistas da velha cepa, o projeto liberal não é exclusivamente conservador no Brasil: ele também comporta genuínas dimensões libertárias em seus desdobramentos antipatrimonialistas e burocratizantes (no sentido weberiano) de instituições e funções públicas.

O resultado é que, ao lado de suas consequências mais evidentes e louvadas por 10 entre 10 conservadores nacionais (privatizações; Lei de

Responsabilidade Fiscal; reforma da Previdência; autonomia efetiva do Banco Central; estruturalização de políticas fiscais e monetárias restritivas e geradoras de elevados superávits primários; taxas de juros reais fortemente positivas e muito superiores ao padrão mundial; moeda nacional hipervalorizada; etc.), a modernização do Estado brasileiro imposta pela crise da ditadura também vai se afirmar na crescente burocratização e universalização das funções públicas, representadas, por exemplo, na incorporação dos trabalhadores rurais ao sistema de Previdência Social, na constituição do Sistema Único de Saúde, na consolidação do Ministério Público, na crescente eficácia, transparência e legitimidade dos processos eleitorais, etc. **Em suma: mais do que em qualquer outro período de nossa História, nos encontramos, hoje, sob o império da lei. E isso é um avanço insofismável.**

Por fim, é preciso reconhecer e saudar a eficácia das políticas sociais postas em curso a partir do primeiro Governo Lula e que vêm redundando na acelerada queda do Índice de Gini da economia nacional. À continuada elevação do valor real do salário mínimo se agrega todo um conjunto de políticas de inclusão que vão do Bolsa Família à efetiva universalização da Previdência Social pública associada à formalização das mais distintas formas de inserção produtiva através da criação de empresas individuais de responsabilidade limitada. Muito mais do que uma “política compensatória”, essas ações vêm alimentando um crescimento expressivo e continuado do mercado interno com desdobramentos insofismáveis para a inclusão de estratos sociais e territórios que, até então, eram postos à margem do desenvolvimento.

Mas todos esses reconhecimentos não envolvem qualquer reconsideração do que foi apontado anteriormente. **É justamente por reconhecermos esse conjunto de avanços que podemos afirmar a atualidade do trilema de Florestan. Ao longo dos últimos 30 anos, o Brasil nem estagnou, nem enveredou decisivamente pela trilha do subcapitalismo. É por isso mesmo que, do nosso ponto de vista, ainda estão abertas, à frente, as três possibilidades apontadas por Florestan em seu texto clássico.**

Em particular, ao Brasil — ao contrário do que, infelizmente, ocorreu com outras economias dependentes da América Latina e da África — ainda está aberta a possibilidade de transição para o capitalismo avançado. Uma possibilidade só está posta na medida em que o Estado brasileiro vem passando

por um conjunto de transformações internas que — de forma lenta, gradual e restrita — vem circunscrevendo as possibilidades de mobilização discricionária e particularista do poder político em prol deste ou daquele segmento de agentes privados.

Não obstante — e aqui o busílis da questão! — é preciso entender que:

- a) esse movimento de depressão do poder discricionário do Estado se impôs justamente no momento em que parcelas nunca dantes contempladas no pacto social interno passaram a se organizar politicamente e a participar (mesmo que de forma subordinada) dos governos regionais e nacional do País;
- b) simultaneamente ao processo de burocratização do Estado Patrimonialista-Burguês Brasileiro, impôs-se, a partir do Plano Real, uma cesura estritamente ideológica e teoricamente inconsistente entre determinações “técnicas” — que orientariam a condução das Políticas Monetária, Cambial e Fiscal — e opções “políticas” — que estariam abertas exclusivamente às políticas sociais (e, em grau muito menor, às políticas industriais).

O mais interessante e instigante no plano intelectual é a forma como esse (absolutamente falso, enganoso e ideológico) consenso foi articulado. Ele não emerge de um “complô”, mas de uma rearticulação política impulsionada pela forma peculiar de manifestação da crise socioeconômica na crise da ditadura: a estagflação dos anos 80 e primeiro lustro dos 90.

Com o advento do Plano Real, a ancoragem monetário-cambial consagra-se como a resposta “viável” e universalmente (por parte dos incluídos) aplaudida de combate à inflação. Desde então, o único agente institucional com responsabilidade de combatê-la passa a ser o Banco Central (Bacen). Nenhum outro órgão público — Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ministério da Fazenda, etc. — tem como sua essa tarefa. E todos os demais órgãos atendem suas (outras) funções prioritárias, delegando ao Bacen sua função exclusiva de combate à inflação. Ora, os únicos instrumentos que o Bacen possui para realizar sua única função é a elevação dos juros. O que impõe a questão: se os Governos Lula e Dilma sustentam a distribuição de tarefas e/ou funções definida no Governos Collor-Itamar-FHC, como os economistas que apoiam este Governo podem criticar a elevação dos juros a cada

elevação da inflação. A institucionalidade e a divisão do trabalho intergovernamental impõem a elevação dos juros como única estratégia. O que mais o Bacen pode fazer?

O desdobramento necessário dessa política anti-inflacionária é a continuada valorização do real. Malgrado movimentos tópicos e erráticos de depreciação da moeda nacional alimentados pela crise dos países da área da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o real vem passando por um processo continuado de valorização frente às principais moedas do mundo. Entre julho de 2003 (US\$ 1 = R\$3,08) e julho de 2010 (US\$ 1 = R\$1,76), a valorização **nominal** do real foi de 75%. Mas como a inflação brasileira é muito superior à americana, **a valorização real do real nesse período foi de 125%**. Como conseguimos essa proeza? Abrindo mão de qualquer política de controle de preços por vias internas (como faz a China, por exemplo) e se entregando à âncora monetário-cambial.

Não obstante, como a nossa inflação interna é capitaneada pelos setores *não-tradeables*, ela não cede facilmente. Entre 2002 e 2010, a moeda chinesa foi uma das que menos se valorizou frente ao dólar. Nesses nove anos, a China cresceu quase 160% (com inflação de 23%). No mesmo período, o Brasil apresentou inflação quatro vezes maior (78,28%) e taxa de crescimento quatro vezes menor (pouco menos de 40%). Nesse mesmo período, os países da periferia do euro passaram por um processo similar. A Grécia, por exemplo, apresentou uma das mais altas inflações da União Européia (35%). E, dada a crescente exposição competitiva da sua indústria frente aos países desenvolvidos da Europa e frente ao resto do mundo (como resultado da contínua valorização do euro em relação ao dólar), a Grécia passou a amargar déficits crescentes em transações correntes. Mas — tal como no Brasil de hoje —, há poucos anos, todos cantavam loas às vantagens da integração à União Européia. Espanhóis, italianos, irlandeses, portugueses e gregos sentiam-se ricos quando viajavam ao exterior com sua “moeda forte”. A Grécia recusou-se a ver a crise que se anunciava pela hipervalorização de sua moeda e caiu no abismo. Até quando a indústria nacional aguentará, antes de o Brasil virar a Grécia da vez?

Referências

FAORO, R. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1975.

FEIJÓ, C.; OREIRO, J. L. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. In: **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, abr./jun. 2010.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. **A condição de sociólogo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL — IEDI. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** São Paulo: IEDI, 2005. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/>>.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1982.

MACADAR, B. A internacionalização de grandes empresas brasileiras e as experiências do Grupo Gerdau e da Marcopolo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, 2009.

PAIVA, C. A. **Capitalismo dependente e (contra-revolução) burguesa no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1991. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Campinas, 1991.

PAIVA, C. A. Lendo o Real com um olho em Keynes e outro em Kalecki. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2004.

PAIVA, C. A. O projeto socialista na entrada do terceiro milênio. In: COLOQUIO LATINOAMERICANO DE ECONOMÍA POLÍTICA Y PENSAMIENTO CRÍTICO, 7., Caracas, 2007. **Anais**. Disponível em: <<http://www.territoriopaiva.com/>>.

SERRANO, F. ; MEDEIROS, C. **Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2010. (mimeo). Disponível em: <http://franklinserrano.files.wordpress.com/>>.